Clara Ávila Ornellas

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
clara.ornellas@fatec.sp.gov.br

Espaço urbano e as necessidades de higienização social em crônicas de Lima Barreto e João Antônio[1]

O início do século XX no Rio de Janeiro foi marcado por epidemias, como varíola e febre amarela. Para combatê-las, estiveram entre as ações, promovidas pela gestão pública, determinações de ordem higienista. Em paralelo a essa preocupação, ocorria na capital fluminense a reforma urbanística, a qual almejava, entre outros objetivos, adequar parte da cidade ao modelo de grandes capitais, como Paris. Assim, houve a demolição de antigos prédios que abrigavam cortiços, e a maioria de seus moradores foi obrigada a deslocar-se para morros ou subúrbios. Neste texto reflexiona-se como ações de ordem sanitária, muitas vezes, estão relacionadas ao ato de excluir uma parcela representativa da população para espaços distantes e com infraestruturas precárias. Verifica-se isto em dois momentos específicos dos textos de Lima Barreto (1881-1922), pertencentes à coletânea *Toda crônica* (2004), e de João Antônio (1937-1996), em *Casa de loucos* (1976). Em ambos os autores discute-se condições insalubres e propensas a doenças a que são destinados os habitantes à margem social e o quanto tal propósito advém de interesses hegemônicos restritos. Essas reflexões são tecidas tendo por base as considerações de Bruno Carvalho em *Cidade porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro* (2019).

Palavras-chave: Higienismo, Rio de Janeiro, Reforma Urbanística, Lima Barreto, João Antônio

---

[1] Este artigo é parte resultante da pesquisa de pós-doutorado na área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (FFLCH/USP, 2022), e foi apresentado na modalidade de comunicação oral no evento *VIII Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, "Olhares Cruzados: Representações das Epidemias nas Artes. Da Catástrofe à Resiliência", organizado pela Universidade de Évora e pela Universidade da Madeira, realizado na Universidade de Évora, nos dias 12 a 14 de outubro de 2022.

The beginning of the 20th century in Rio de Janeiro was marked by epidemics, such as smallpox and yellow fever. To fight them, wait between the actions, promoted by the public administration, determinations of hygienist order. In parallel to this concern, an urban reform was taking place in the capital of Rio de Janeiro, which aimed, among other objectives, to adapt part of the city to the model of large capitals, such as Paris. Thus, there was the demolition of old buildings that housed tenements, and most of its residents were forced to move to hills or suburbs. In this text reflects how sanitary actions are often related to the act of excluding a representative portion of the population to distant spaces and with precarious infrastructure. This is verified in two specific moments of the texts by Lima Barreto (1881-1922), belonging to the collection *Toda Crônica* (2004), and by João Antônio (1937-1996), in *Casa de loucos* (1976). Both authors discuss the unhealthy and disease-prone conditions to which the inhabitants of the social margins are destined and how much such a purpose comes from restricted hegemonic interests. These reflections are woven based on Bruno Carvalho's considerations in *Cidade porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro* (2019).

Keywords: Hygienism, Rio de Janeiro, Urban Reform, Lima Barreto, João Antônio

A epidemia de coronavírus (SARS-Covid-19), enfrentada mundialmente em sua fase mais acentuada por mais de dois anos em todo o mundo (2019-2021), colocou em evidência diversas situações que expuseram sobremaneira os países subdesenvolvidos e a precariedade de seus sistemas de saúde – isto é, quando estes existiam previamente. Sabe-se que independente de classe social, racial ou étnica, o enfrentamento dessa situação de exceção colocou em xeque principalmente os cidadãos – se é que assim se pode categorizá-los – de baixo poder aquisitivo. No Brasil, por exemplo, constata-se que o maior número de vítimas ocorreu nas periferias das grandes cidades, onde muitos vivem em situação limítrofe de miséria, configurando uma atestada falta de ausência do Estado.

Embora situação como essa possa ter parecido inédita em âmbito nacional para muitos brasileiros, aventa-se que semelhantes condições

foram anteriormente vivenciadas no país no início do século XX, como permitem depreender algumas crônicas de Lima Barreto (1881-1922) – "O prefeito e o povo", "País rico" e "Botafogo e os pró-homens" –, publicadas na coletânea *Toda a Crônica: Lima Barreto* (2004). Muito proveniente da omissão estatal, verificar-se-á também que um posicionamento alheio à realidade da parcela pobre da população se faz presente em meados do mesmo século, como se pode constatar na narrativa "Testemunho de Cidade de Deus", de João Antônio (1937-1996), pertencente à coletânea *Casa de loucos* (1976).

Dessa maneira, pensar sobre essa problemática exceção sanitária no contexto passado contribui para se refletir sobre a gestão do espaço urbano e de saúde pelos poderes dirigentes do país. Desta forma, tem-se a finalidade restrita de verificar como Barreto e Antônio refletiram sobre as condições de moradia, higiene e saúde destinadas aos pobres do Rio de Janeiro em dois momentos históricos diferentes, tendo como um dos vetores de análise a desejada modernização da cidade, que perpassa ao longo do tempo a história brasileira. Para tanto, seleciona-se como obra crítica principal *Cidade porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro* (2019), de Bruno Carvalho.

Ressalta-se que a abordagem aqui realizada leva em consideração o pensamento de Renné Wellek (1994) que, dentre outros aspectos, vislumbra a pertinência de estudos comparados entre autores e obras de um mesmo país, haja vista que impedir semelhante focalização não condiz com a abrangência e as potencialidades propiciadas pelo campo da Literatura Comparada. Segundo Wellek, seria equivocado se pensar os estudos comparados apenas sob a perspectiva de inter-relações advindas de produções de diferentes países, uma vez que essa tendência pareceria delimitar e restringir como condição essencial uma espécie de "comércio exterior" entre literaturas: "A tentativa de restringir a 'literatura comparada' a um estudo de 'comércio exterior' entre literaturas é certamente infeliz." (Wellek 1994, 109). Assim, assinala o crítico, é importante destacar que "nenhuma obra pode ser inteiramente reduzida a influências externas ou considerada um ponto irradiador de influência sobre países estrangeiros apenas" (Wellek 1994, 109). Logo, como se tem por meta observar as reflexões de Lima Barreto e João Antônio, autores pertencentes a diferentes períodos

históricos do Brasil, a respeito de momentos diversos da emergência de condições limítrofes de sobrevivência e insalubridade enfrentadas pela população mais pobre, evidencia-se aqui, desde o percurso inicial de partida, o descortinar de um diálogo em constante movimento de tensões, reciprocidade e ambivalência.

Excluir para civilizar

A desigual relação entre crescimento populacional e condições de saúde pública foi, e continua sendo, um dos entraves ao desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro – assim como em várias cidades-capitais espalhadas pelo mundo. Particularizando o enfoque do final do século XIX a meados do século XX, pode-se observar uma explosão demográfica nesse espaço citadino, oriunda na maior parte das vezes da migração local e da imigração europeia em busca de melhores condições de vida, o que se acentuou com o advento da industrialização nas primeiras décadas do século XX. Ademais, desde 1763 até 21 de abril de 1959, a mesma cidade foi a capital do Brasil, assinalando a importância também do traslado de pessoas para ela em razão de desejar, entre outros objetivos, a ocupação de cargos públicos.

Há que se lembrar de que desde a chegada da família real em 1808, trazendo consigo cerca de 15 mil pessoas formando sua corte, o adensamento populacional já começou a se manifestar, visto que naquela época a população local somava 50 mil habitantes. Se antes da chegada da família real as condições da cidade não eram as melhores – com ruas sujas e sem escoamento adequado de esgoto – esse aumento da população levou a uma situação insalubre, o que provocou a necessidade de medidas higienistas, haja vista o assolamento de várias doenças desde o final da década de 1840.

De acordo com Bruno Carvalho (2019), a partir de 1849 a capital fluminense foi devastada por uma série de epidemias, sendo a mais grave e persistente a de febre amarela. Depois de 1850, "[...] o Rio de Janeiro ficou conhecido como o 'túmulo do estrangeiro' – e o esforço para se livrar do epíteto e eliminar a febre amarela e outras doenças acabaria por influenciar boa parte de seu planejamento e desenvolvimento urbano". (Carvalho 2019, 80). Ainda conforme Carvalho, para isso

foram realizados, por exemplo, a demolição dos morros do Castelo, Santo Antônio e do Senado e o alargamento de avenidas, dentre as quais se destaca a Avenida Central – atual Avenida Rio Branco – que foi reformulada arquitetonicamente para se criar uma espécie de "ilha europeia" em pleno centro da capital brasileira. Entretanto, afirma Carvalho, "O Rio de Janeiro, contrário aos anseios de alguns, jamais poderia ser uma cidade europeia. Da mesma forma como no Velho Mundo, era preciso lidar com os 'indesejáveis'" [...]. Nesse contexto, acrescenta-se ainda que havia a necessidade de tratar as questões das doenças e dos ex-escravizados: "O Rio, no entanto, também tinha de enfrentar doenças tropicais, e foi uma cidade definida, em todos os sentidos, pelo fato de ter a maior população urbana de escravizados das Américas". (Carvalho 2019, 53).

Antes desse período de remodelação de parte da cidade, Carvalho afirma que um dos bairros centrais, chamado Cidade Nova, era representativo da população à margem social daquela época por ser habitado por subempregados, negros, artesãos, imigrantes recém-chegados da Europa – principalmente de Portugal, Espanha e Itália – ou de outras regiões do Brasil. Assim, houve um rápido crescimento no quantitativo da população em paralelo ao declínio no padrão de vida: "Muitas de suas residências foram divididas em unidades multifamiliares, com aluguel barato, e na segunda metade do século [XIX] os cortiços começaram a proliferar." (Carvalho 2019, 81). Desse modo, ocorreu um direcionamento do crescimento à zona sul da cidade, onde poderiam residir pessoas com melhor poder aquisitivo, longe dos pântanos da Cidade Nova e próximo do mar e das montanhas. Portanto, "A ameaça da febre amarela, assim acelerou o processo de consolidação de um bairro [Cidade Nova] de pessoas com menor poder aquisitivo." (Carvalho, 2019, 81).

Segundo Gutemberg Medeiros (2009), a partir de meados do século XIX ocorreram várias reformas higienistas para sanar a condição insalubre vivenciada pela maior parte da população. Contudo, nessas medidas pode-se verificar a existência em paralelo de um propósito de reformas também de natureza social, nas quais esteve em foco provocar a segregação espacial das populações pobres do centro da cidade.

> [...] desde 1850, surgiram várias propostas de remodelação do Rio de Janeiro, especialmente a partir de recomendações de médicos higienistas. Iniciaram-se então os primeiros rudimentos do que no século XX se estabeleceu como urbanismo. Por razões baseadas na ciência moderna, apoiando no que se entendia como saúde pública, crescia a tendência de certos círculos médicos e de classe dominante debaterem no sentido de erradicar a desenfreada explosão habitacional do centro da cidade, tanto em número de pessoas quanto de habitações impróprias. Tomam corpo propostas de desafogar o centro, adotar normas de construção de casas higiênicas, alargamento e abertura de ruas e praças, arborização, instalação de rede de esgoto e de água, manutenção de asseio em mercados e matadouros, criação de lugares próprios para despejos de lixos entre outras providências. (Medeiros 2009, 44)

Certamente, a cidade não possuía estrutura para abrigar a todos em boas condições, permanecendo os pobres segregados das benesses da modernização urbana, esta direcionada preferencialmente para o atendimento restrito das classes economicamente favorecidas – a exemplo da Avenida Central que, após a reforma urbana, passou a ser transitada por homens e mulheres pertencentes às classes dominantes política e economicamente. Desse modo, a crescente população em condição de miséria assumirá proporções alarmantes, sendo ainda mais adensada ao longo do século XX.

Insalubridade e perigo

Para Bruno Carvalho, o Rio de Janeiro como capital do Brasil vivenciou, no final do século XIX e início do século XX, a ânsia por consolidar-se como país moderno e cosmopolita. Dessa maneira, "a antiga capital funcionou muitas vezes como vitrine, ou laboratório, para numerosas tipologias de urbanismo, planejamento e arquitetura". (Carvalho 2019, 30). Diante disso, a reurbanização do centro da cidade – comandada primeiramente pelo prefeito Pereira Passos no período de 1902 a 1906 e depois pelos seus sucessores – teve como um de seus objetivos a demolição de antigas construções para a edificação de prédios à semelhança de Paris, como ilustram ainda hoje as instalações da atual Biblioteca Nacional e o Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

Se até então o centro da cidade congregava diferentes classes sociais, com predominância de cortiços destinados à moradia de pessoas pobres, muitos desses espaços foram derrubados para dar lugar, por exemplo, a cafés requintados, lojas de grifes internacionais, hotéis de luxo, sede de empresas nacionais e multinacionais etc. De acordo com o ponto de vista de Carvalho, "A região [centro] exibia cenas impróprias para uma metrópole cujos governantes ansiavam por ordem e progresso" (Carvalho 2019, 132). Sendo assim, sem recursos e expulsa da região central onde morava, a população à margem migrou para subúrbios distantes ou para os morros em torno da região central da cidade. Para Carvalho,

> Os morros espalhados pela cidade [...] estavam sendo progressivamente ocupados em condições, em geral, muito precárias. Além dos moradores mais pobres, eles também herdaram o papel reservado aos cortiços do século XIX. Segundo as categorias binárias predominantes nos discursos da imprensa e entre as autoridades – primitivos, atrasados, insalubres, perigosos, pobres versus civilizados, modernos, ordem e progresso –, as favelas encarnavam o indesejável. (Carvalho 2019, 178)

Para além dessa constituição em si adversa, observada sob um viés de preconceito e discriminação, posteriormente, o Plano Agache, de 1930, viria a deixar mais emblemática a segregação dos pobres e das classes trabalhadoras no Rio de Janeiro. O arquiteto francês Alfred Agache fora indicado por Prado Júnior, prefeito da cidade no período de 1926 a 1930, para elaborar um projeto de remodelação e embelezamento do distrito federal. Segundo Carvalho, Agache tinha uma visão positivista a qual incluía a perspectiva de se conceber as cidades colonizadas por europeus, como as da América Latina e da África, como espaço de testes em termos de urbanismo moderno. Nisto se imbui a visão primeira dos colonizadores em observar a nova terra como uma tábula rasa, ou seja, ignorando a cultura local em termos humanos e urbanos em prol de uma visão de cidade concebida enquanto concepção idealizada. Porém, semelhante injunção possui claros liames de exclusão, como afirma o crítico:

> [Plano Agache] Propunha leis de zoneamento rígidas e segregação social quase absoluta: bairros residenciais aristocráticos e uma cidade universitária na zona sul; zonas hoteleiras, consular e financeira no centro; uma zona comercial ao norte; e mais além, nos subúrbios, uma zona industrial e áreas residenciais para os trabalhadores. [...] Agache promovia a ideia de que [as favelas] eram habitadas por 'uma população meio nômada, avessa a toda e qualquer regra de higiene'. A implicação óbvia é que, uma vez que eram de inclinação nômade, a realocação forçada não deveria causar incômodo. (Carvalho 2019, 233)

Essa segregação e indiferença ante a realidade da população pobre e dos trabalhadores irá se acentuar no decorrer das décadas seguintes, principalmente em relação a destinar as periferias mais distantes da cidade a essas pessoas, como será visto na narrativa de João Antônio. Agora, entretanto, primeiramente passa-se a focalizar o pensamento de Lima Barreto acerca da saúde pública e da modernização do Rio de Janeiro do início do século XX, para então se percorrer alguns aspectos da narrativa do escritor paulistano.

Ostentação e miséria

O olhar de Lima Barreto (1881-1922) dirigido ao Rio de Janeiro, sua cidade de nascimento e onde viveu toda a sua vida, caracteriza-se pela peculiaridade de concentrar-se na denúncia e crítica aos poderes governamentais vigentes e à sociedade de sua época, sob a ótica de alguém que também se vinculava às classes marginalizadas. Mesmo tendo sido funcionário público da Secretaria de Guerra, no cargo de escrivão, conviveu com a limitação financeira intermitente, haja vista ser arrimo de família, responsável pelo sustento de seu pai doente e de seus irmãos. Além disso, Barreto residiu a maior parte de sua vida nos subúrbios da então capital brasileira, o que lhe confere um sentido de exatidão sensível nas discussões que promoveu, em suas crônicas e demais obras, a respeito das condições de sobrevivência de quem não pertencia às altas camadas sociais e também ao advento de uma modernidade urbana nada democrática.

Particularmente, a reurbanização do Rio de Janeiro do início do século XX caracterizou muitas de suas crônicas com veemente teor crítico, pois ele via nesse processo um movimento de exclusão dos

pobres, apesar de o fausto das minorias dirigentes advir justamente dos impostos pagos pelos desassistidos socialmente. Essa ilógica relação entre uso de dinheiro público para fins privados de determinados grupos acentua-se sobremaneira em seus posicionamentos contrários a uma modernidade parcial e excludente, inclusive no que diz respeito ao acesso à saúde.

Na crônica "País rico", publicada em 8-5-1920, revela-se a problematização que o narrador estabelece entre a renitente alegação do governo sobre não ter dinheiro para custear obras de ampla importância pública, como escolas e hospitais, porém, ao mesmo tempo, propor-se a custear times de futebol para jogarem no estrangeiro:

> Não há dúvida alguma que o Brasil é um país muito rico. Nós que nele vivemos, não nos apercebemos bem disso; e até, ao contrário, o supomos muito pobre, pois a toda a hora e a todo instante, estamos vendo o governo lamentar-se que não faz isso ou não faz aquilo por falta de verba. [...]
> Surgem epidemias pasmosas, a matar e a enfermar milhares de pessoas, que vêm mostrar a falta de hospitais na cidade, a má localização dos existentes. Pede-se a construção de outros bem situados; e o governo responde que não pode fazer porque não tem verba, não tem dinheiro. E o Brasil é um país rico... (Barreto 2004, 181)

Essa intentada justificativa da edilidade para o fato de não ter verba pública a ser destinada ao atendimento de necessidades cruciais da cidade revela-se como um dos vértices do posicionamento de Barreto que, por meio de narradores combativos explicita e ironicamente, contesta o estado de coisas no Brasil. Notam-se claras consequências desse tipo de omissão que compromete sobremodo não apenas o cotidiano da população como a coloca em ameaça constante de morte por falta de acesso a recursos da saúde.

Partindo da percepção do estudo da porosidade, ou seja, das múltiplas camadas históricas que compõem a memória do espaço urbano, Carvalho adverte que a maioria dos projetos urbanos direcionados ao Rio de Janeiro teve como meta segregar as classes sociais, com nítida opressão àqueles que não pertenciam economicamente ao contexto das classes dominantes. Sendo assim, além de provocar a polaridade entre

os espaços de habitação e trânsito dos diferentes moradores da cidade, demonstra-se a necessidade inerente a esses projetos – propostos e desenvolvidos total ou parcialmente ao longo da história do Rio de Janeiro – de sitiar os seres à margem social sob um distanciamento que os oprime cultural e humanamente.

> [...] há uma diminuição gradual, porém nítida, da porosidadade da cidade. Isso parece ocorrer à medida que os espaços de misturas vão se tornando alvo de projetos de modernização, práticas higienistas, discursos intelectuais ou planejamento urbano. Durante a maior parte dos séculos XIX e XX, elites governantes tiveram intenções de confinar, domesticar, eliminar ou expulsar certos aspectos de fluidez e intercâmbio que, paradoxalmente, marcaram a formação das culturas dominantes do Brasil [...] (Carvalho 2019, 45)

A esses aspectos mencionados por Carvalho pode-se adicionar a perspectiva de Barreto que, de forma visionária, percebia os meandros escusos impetrados pelos poderes dominantes de se valerem dos recursos públicos para uma minoria nem um pouco preocupada com uma cidade igualitária de congraçamento entre pobres e ricos. Neste caso em específico, o narrador da crônica "O Prefeito e o Povo", de 15-1-1921, posiciona-se irônica e criticamente a respeito da iniciativa da edilidade de subsidiar a construção de hotéis de luxo com verbas públicas, ignorando problemas fulcrais para a melhoria da condição de vida do habitante comum da cidade.

> [...] municipalidade supõe-se ser, segundo a origem, um governo popular que cuide de atender, em primeiro lugar, ao interesse comum dos habitantes da cidade (comuna) e favorecer o mais possível a vida da gente pobre. Esses hotéis [de luxo] serão para ela?
> Pode-se, entretanto, admitir, a fim de justificar o amor do prefeito [Carlos Sampaio] aos hotéis de luxo, que quer construir à custa dos nossos magros cobres; pode-se admitir que, com isso, Sua Excelência pretenda influir indiretamente no saneamento do morro da Favela.
> Municipalidades de todo o mundo constroem casas populares; a nossa, construindo hotéis *chics*, espera que, à vista do exemplo, os habitantes da Favela e do Salgueiro modifiquem o estilo das suas barracas. Pode ser... (Barreto 2004, 295)

O teor irônico desse excerto aponta para a tríplice contraposição entre a noção de governo que deve prover as necessidades dos pobres, o poder municipal que direciona os recursos públicos para subsidiar interesses privados de construtoras e, por fim, a intenção de que os moradores das favelas modifiquem arquitetonicamente suas humildes moradias à semelhança do luxo de hotéis a que nunca terão acesso na condição de hóspedes. Logo, observa-se a perspectiva de uma modernização urbana que, se reservada à minoria rica, de igual modo demonstra a incoerência do compromisso público do poder municipal com a cidade de forma abrangente. Pode-se pensar, partindo das considerações de Carvalho, que semelhante posicionamento, ao revés da responsabilidade inerente à gestão pública, provinha do propósito de separar concretamente o convívio entre quem era civilizado e moderno daqueles que não o eram.

> Os esforços para modernizar a cidade claramente impuseram uma redistribuição da população, inspirados nas influentes reformas de Haussmann em Paris. Podemos dizer que foi uma intervenção urbana de larga escala e sem precedentes no país, profundamente comprometida com a eliminação ou redução do contato entre classes sociais e grupos raciais, pressionando aqueles que não se enquadravam no molde de 'civilizado' e 'moderno' a se mudarem para as favelas ou áreas afastadas do centro. (Carvalho 2019, 126)

Essa perspectiva encontra-se explícita em Barreto em vários momentos de suas crônicas e, particularmente em "Botafogo e os pró-homens", publicada em 6-8-1921, quando o narrador enuncia tacitamente a visão de uma cidade dividida entre as zonas de inclusão e de exclusão:

> De uns tempos a esta parte – e isto só data dos meados da república – tomou-se dos nossos dirigentes e mais magnatas uma vaidade singular; a vaidade de Botafogo e adjacências. O resto do Rio não existe; mas paga imposto. O Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra.
> Não merece a mais simples mirada... (Barreto 2004, 397)

Essa visão de cidade cindida entre zonas de inclusão e exclusão, tendo por base fatores econômicos, étnicos e raciais, irá se consolidar

de modo mais claro ao longo das décadas posteriores a Barreto. Nota-se que o acirramento das diferenças de classes em termos de espaço tornou-se ainda bem mais demarcado de modo a instituir os bairros da zona sul como pertencentes às elites ou à classe média alta, enquanto a zona norte estigmatizou-se como lugar dos habitantes à margem social. Porém, estes permaneceram vinculados perversamente à zona sul na condição de subempregados para garantirem a subsistência, como poderá ser observado na crônica de João Antônio focalizada a seguir.

Explícita exclusão

João Antônio (1937-1996), natural de São Paulo, tem entre os predicados de sua produção literária e jornalística, o olhar atento às mazelas humanas no entorno das periferias de São Paulo e do Rio de Janeiro, trazendo à tona seres que se encontram na busca extremada da sobrevivência. Ao centrar sua ótica de criação nessa perspectiva, o escritor do laureado *Malagueta, Perus e Bacanaço* (1963),[2] sua obra de estreia, firmou-se como autor de uma literatura vinculada à realidade, na qual sobressaem diversos aspectos para se pensar a respeito da omissão, senão perversidade, do Estado em relação ao direito à cidadania. Embora não fosse natural do Rio de Janeiro, pode-se verificar que sua escrita, ao focalizar a "Cidade Maravilhosa", possui algumas semelhanças com o olhar crítico de Barreto.

Nesse contexto, é possível evidenciar que, em "Testemunho de Cidade de Deus" (1976), João Antônio explicita de forma contundente a falta do cumprimento do dever do Estado em relação a prover as necessidades de infraestrutura aos habitantes da margem social, como já antevisto por Barreto. Ademais, verifica-se concretamente a perspectiva de distanciar essa população para longe das regiões mais urbanizadas.

Cidade de Deus foi um conjunto habitacional construído, a princípio, como modelo de modernidade para moradia popular criado pelo governo do Estado da Guanabara em meados da década de 1960, que seria replicado para resolver a questão das moradias precárias nas

[2] João Antônio foi o vencedor de dois prêmios Jabuti em 1964, nas categorias de Autor-Revelação e de Melhor Livro de Contos com *Malagueta, Perus e Bacanaço*, além de vencer também o Prêmio Fábio Prado de 1962.

favelas (ou comunidades, como hoje se denomina) dos morros no entorno da cidade. Para tanto, foi escolhida uma região extremamente longe do centro da qual, para se descolar até Copacabana, só havia um ônibus que demorava duas horas para realizar o percurso, conforme se atesta na narrativa do escritor paulistano. Entretanto, com a ocorrência de uma grande enchente na cidade em 1966, que deixou vários desabrigados, foi determinado que o conjunto habitacional fosse ocupado por essas pessoas provisoriamente. Todavia, essa condição temporária perdurou ao longo do tempo e até atualmente o bairro carece de melhor urbanização. Assim, sem infraestrutura e à deriva de condições básicas para a subsistência, os moradores desse espaço configuram-se como seres ao revés da cidadania em termos, por exemplo, dos direitos à moradia digna e à saúde.

O texto "Testemunho de Cidade de Deus" subdivide-se em três abordagens, sendo que na primeira – sem título – são contemplados depoimentos diretos de alguns dos moradores do conjunto habitacional acerca de suas experiências no referido espaço; na segunda, intitulada "Panorama Horizontal", efetua-se uma visão panorâmica da parte externa e, na terceira, chamada "Revista dos jornais", há vários excertos de diversas matérias jornalísticas sobre o conjunto habitacional, demonstrando o ponto de vista crítico do narrador sobre as idiossincrasias que permeiam o lugar desde a sua fundação, tanto do ponto de vista governamental quanto da sociedade. Como não é possível neste momento abordar detidamente as várias potencialidades interpretativas que a narrativa oferece, mostrar-se-ão alguns dos fios pelos quais são tecidas as diferentes temáticas dessa crônica.

O excerto do depoimento de Alcebíades Alves Pereira, 49 anos, permite entrever a situação sensivelmente delicada se se pensar em termos de saúde pública, haja vista o convívio diário com o mau cheiro e os dejetos de lixo e esgoto:

> O ambiente aqui [Cidade de Deus] é bastante carregado. Eu fecho isto aqui e vou pra Copacabana trabalhar e não sei como é que vou encontrar as coisas na volta. [...]. Não conheço ninguém e tenho que me virar lá em Copacabana, aqui não tenho nem a regalia de sair certas horas da noite e dar um giro, refrescar a cabeça deste fedor de fossa entupida. [...] Este fedor é insuportável, não dá pra entender,

> a fossa arrebentou. Eu encho tudo aí fora de creolina, porque tem bichinho, podridão, é isso aí. Tem dia que pra comer aqui é preciso fechar as portas e as janelas e encher todos os buracos da casa de creolina. [...] (Antônio 1975, 98-99)

Registra-se a convivência alarmante de seres humanos com mau cheiro, germes e insetos em seu contexto de moradia aquém de qualquer noção de higiene. Ao mesmo tempo, verifica-se a dependência que esses moradores têm de tirar o sustento em trabalhos na zona sul carioca, particularmente Copacabana, distante a aproximadamente 30 quilômetros – numa época na qual não existiam transportes de maior velocidade como hoje. Esta queixa sobre a locomoção também se repete nos depoimentos dos demais moradores apresentados na narrativa, assim como a incerteza sobre a segurança de encontrar ou não a casa invadida. Entre outros fatores, há que se questionar, evidentemente, em que termos ocorre a modernidade urbana em meados do século XX no Rio de Janeiro e, igualmente, as condições nas quais esses moradores teriam acesso à saúde, conforme a citação a seguir, pertencente ao tópico "Panorama Horizontal":

> Nenhuma descida, nenhuma ladeira, os dejetos e os lixos não têm para onde escoar com as chuvas, que as fossas vivem entupidas. Esses restos ficam à beira do meio-fio, empoçados, fedendo. Ou mesmo no meio das ruas, onde lama e lodo, de comum, costumam se juntar, inda mais nos dias de chuva. [...] O asfalto meio arruinado, mais ralo de cimento da frente da casa está arrebentado. Lixo, detritos, papeluchos. [...] A sujeira geral mostra claramente que a miséria não baixou ali para fazer graça. Se chove, as águas se empoçam, há inundações, há infiltração nas paredes das moradias.[...] Teoricamente seria um local de abrigo provisório de ex-favelados. A verdade é que gente se arruma ou se aperta, mora, se espreme há anos. Começa ficando, vai ficando e fica. O pior é a falta de higiene. Mas há ainda a insegurança diante dos furtos, assaltos e ataques às mulheres. E inexiste um posto médico eficiente. (Antônio 1976, 104-106)

Essa descrição auxilia na configuração imagética de um cenário aterrador na qual o lixo, proveniente principalmente da falta de infraestrutura, somado à insegurança e à falta de posto médico, atesta a ineficiência desse espaço que inicialmente fora planejado para ser

um modelo de moradia destinado aos residentes de morros em torno da zonas central e sul da cidade. Se houve intenção política nesse deslocamento, de igual modo ocorreu um movimento de especulação imobiliária que visava à construção de condomínios de luxo sem aquela vizinhança destoante social e economicamente representada pelas comunidades. Semelhante afirmação pode ser verificada no ponto de vista de Sandra Machado (2013), no qual se destacam bairros ocupados preferencialmente por habitantes pertencentes a altas classes sociais:

> A intenção [do governo] era construir núcleos habitacionais de interesse social para abrigar famílias sem teto, em especial as originárias de áreas selecionadas para a desocupação organizada da Zona Sul do Rio de Janeiro – primordialmente seis favelas: Praia do Pinto (Leblon), Parque da Gávea, Ilha das Dragas (Lagoa), Parque do Leblon, Catacumba (Lagoa) e Rocinha. (Machado 2013)

Por meio dessas informações de Machado, e considerando a estratégia de reformulação urbana do início do século XX criticada por Barreto, pode-se constatar que se repete um movimento de modernidade que exclui para tornar determinados espaços urbanos como de privilégio de classe, além de acirrar-se a exclusão de quem está à margem social. Em ambos os processos, acentua-se o papel do governo como gestor do dinheiro público para finalidades de prover interesses de determinados grupos políticos e econômicos.

Na sequência da narrativa, o narrador expõe que, após quase quatro anos do deslocamento das vítimas da grande enchente, estava-se criando um bolsão de miséria em volta do conjunto habitacional, assim demonstrando o acirramento da condição periférica do bairro em dois sentidos, tanto humana como espacial. Portanto, se a primeira iniciativa foi resolver o problema das "favelas", num segundo momento observa-se justamente o contrário na "favelização" do suposto bairro modelo para moradia popular:

> [...] Em 22 de maio de 69, dizia uma senhora, dona Lúcia: 'um horror, não tem condução, falta água, é longe à beça, o esgoto está sempre entupido e com mau cheiro. Médico só até cinco horas. Cidade de Deus, nada. Do diabo, isto sim'. Moradora de cidade de Deus. [...] No mesmo setembro de 70, os jornais gritavam

> que os moradores tinham um mundo de problemas e, precisamente em 17.7.70, publicou-se que uma favela crescia, há já um ano, à margem do Rio Fundo. Com barrancos enfileirados à margem do rio, assinalavam uma favela em formação, na entrada da Cidade de Deus. [...] Mas no dia 27 daquele mês, um jornal mau comportado malhava. Cidade de Deus não estava a merecer sequer o nome e havia virado um inferno com 2.500 pessoas no caldeirão. Um paraíso dos urubus. (Antônio 1976, 107-109)

Pode-se conjecturar que semelhante cenário talvez fosse mais insidioso que aquele encontrado pela corte portuguesa em 1808, ou daquele observado por Barreto há cerca de 100 anos depois, não apenas porque o quantitativo de pessoas em situação de miséria é muito maior, mas porque nesse caso o acirramento da exclusão social consolida-se essencialmente na distância, seja espacial, seja subumana. Assim, as fronteiras entre as zonas de inclusão e exclusão encontram-se mais declaradamente assinaladas, convertendo-se em um notabilizado processo de higienização humana e social do espaço urbano. Deste modo, é possível inferir que o próprio nome do conjunto habitacional, Cidade de Deus, parece apontar que se trata de uma outra cidade, muito diferente da "Cidade Maravilhosa", embora pertencente ao mesmo perímetro urbano.

Dupla precarização

Avançando para os primeiros anos da segunda década do século XXI, é possível verificar, em inúmeras reportagens, como a pandemia de coronavírus atingiu verticalmente o bairro Cidade de Deus. Segundo Letícia Lopes, na matéria "Cidade de Deus é campeã de casos positivos de coronavírus em quatro comunidades analisadas pela prefeitura" (2020),

> Uma pesquisa feita pela prefeitura do Rio, em parceria com o Ibope, deu um novo panorama sobre a situação da pandemia na capital, especialmente nas comunidades mais adensadas. Entre as localidades escolhidas pelo grupo de trabalho, a Cidade de Deus se destaca, com 28% de positivos entre os testados, seguida por Rio das Pedras (25%), Rocinha (23%) e Maré (19%). [...]
> – Se no Brasil o aumento foi de 53%, no Rio foi de mais de 300%. São Paulo não acelerou desse jeito. Estamos falando da segunda cidade mais populosa do

> Brasil – afirmou o epidemiologista Pedro Hallal, reitor da Ufpel e coordenador da pesquisa. (Lopes 2022)

Sabe-se que análogo cenário não foi registrado somente no Rio de Janeiro ou no Brasil durante a pandemia de Covid-19, porém eles auxiliam no entendimento de que os contextos observados por Barreto e João Antônio repetiram-se ao longo do tempo em relação à inter-relação entre espaço urbano, pobreza e acesso à saúde pública. Verifica-se que até hoje como sinônimo de modernidade tem-se a concepção de se tratar de privilégio de uma minoria detentora do poder político ou econômico. Inúmeros projetos de desenvolvimento urbano, em capitais brasileiras como São Paulo e o Rio de Janeiro, que avançam a regiões antes consideradas periféricas para torná-las condizentes com o conforto esperado pelos mais ricos, persistem em ocasionar o afastamento dos mais pobres para regiões precárias em termos de infraestrutura.

Embora há mais de 30 anos a população brasileira conte com o acesso indiscriminado ao Sistema Único de Saúde (SUS), observa-se que esse benefício exige longa espera para agendamento de consultas e exames, levando muitas vezes à morte por falta de atendimento em tempo propício para a cura. Certamente o SUS se trata de um avanço quanto ao atendimento das necessidades de saúde da população, mas claramente se exige aprimoramento – inclusive em relação à contenção de desvios de verbas que, apesar de direcionadas para esse fim, são desviadas por atos de corrupção, principalmente política – como tanto assinalara Barreto e como tanto demonstrou João Antônio em sua obra.

Desse modo, o breve percurso aqui realizado permitiu constatar a atualidade crítica da produção dos dois escritores, por meio de uma "escavação" que deslinda um diálogo entre presente e passado, conforme o ponto de vista de Carvalho:

> Os 'traços permanentes' se tornam legíveis quando vestígios culturais, arquitetônicos e toponímicos ativam significados compartilhados, por exemplo, ou quando historiadores, críticos literários e teóricos realizam determinado tipo de 'escavação' – uma metáfora tentadora que nos ajuda a pôr em relevo a rica textura das paisagens urbanas. (Carvalho 2019, 35)

Nas "paisagens urbanas" aqui focalizadas ascenderam problemas inequivocamente essenciais para se pensar o Brasil e a contribuição da literatura ao desvendamento daquilo que permeia estados de exceção sanitária como a pandemia de Covid-19, por meio da dupla precarização urbana e sanitária.

Bibliografia

Antônio, João. 1976. "Testemunho de Cidade de Deus". João Antônio, *Casa de loucos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Barreto, Lima. 2004. *Toda crônica: Lima Barreto* – vol. II (1919-1922). Apresentação e notas: Beatriz Resende. Rio de Janeiro, Agir.

Carvalho, Bruno. 2019. *A cidade porosa*: *dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro*. São Paulo, Objetiva.

Lopes, Letícia. 2020. "Cidade de Deus é campeã de casos positivos de coronavírus em quatro comunidades analisadas pela prefeitura*". O Globo*, 22 de junho de 2020. https://oglobo.globo.com/rio/cidade-de-deus-campea-de-casos-positivos-de-coronavirus-em-quatro-comunidades-analisadas-pela-prefeitura-24493187

Machado, Sandra. 2013. "Cidade de Deus, o bairro que virou filme". *Multirio*. http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/586-cidade-de-deus-o-bairro-que-virou-filme.

Medeiros, Gutemberg Araújo de. 2009. "Urbanidade e metajornalismo nas matrizes da Modernidade: memória textual nas produções de Lima Barreto e João do Rio no início do século XX". Tese de Doutoramento, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

Wellek, René. 1994. A crise da literatura comparada. Tania Franco Carvalhal e COUTINHO, Eduardo de Faria Coutinho. *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco.